

Resenha

GRILL, Igor Gastal; REIS, Eliana Tavares dos. **Elites parlamentares e a dupla arte de representar**: intersecções entre “política” e “cultura” no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2016. 260 p.¹

Carolina Pulici²

O livro de Igor Grill e Eliana Tavares dos Reis, professores da Universidade Federal do Maranhão e diretores do Laboratório de Estudos das Elites Políticas e Culturais (LEEPOC), trata do amálgama entre campos de ação, de profissionais com perfis híbridos e, especialmente, da fluidez das fronteiras entre a profissão de político e a de intelectual que se construiu historicamente no cenário político brasileiro.

Elites parlamentares e a dupla arte de representar reúne textos publicados entre 2008 e 2015 e discute três gerações de políticos brasileiros que se dedicaram à escrita, publicaram e souberam fazer uso dessa entrada no mundo das letras para construir carreiras políticas bem-sucedidas. Cobrindo o período de 1945 a 2010, o livro explora as interdependências entre o “mundo intelectual” e o “mundo dos especialistas da representação política”. Para tanto, compatibiliza as abordagens quantitativas e qualitativas, mobiliza escritos autobiográficos, documentos político-administrativos (disponíveis em sites governamentais e universitários), dicionários histórico-biográficos e tabelas estatísticas.

-
- 1 Esta é uma tradução da resenha escrita e publicada originalmente em francês: Carolina Pulici, « Grill, Igor Gastal & Eliana Tavares dos Reis. 2016. Elites parlamentares e a dupla arte de representar: intersecções entre « política » e « cultura » no Brasil », *Brésil(s)*, n. 13, 2018.
 - 2 Professora do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de São Paulo, autora de *Entre sociólogos* (Edusp, 2008) e coorganizadora de *As lógicas sociais do gosto* (Editora Unifesp, 2019).



Direito autoral e licença de uso: Este artigo está licenciado sob uma Licença Creative Commons. Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra, forneça um link para a licença, e indicar se foram feitas alterações.

A análise das representações que os profissionais da política constroem de si mesmos e dos outros em seus relatos e memórias mostra que eles evocam, de maneira recorrente, uma tradição intelectual e política no seio da família de origem. Os autores sublinham a antiguidade dessa prática no âmbito das elites locais e nacionais, que consiste verdadeiramente num trunfo indispensável à manutenção no jogo da política oficial. Esses escritos autobiográficos que eternizam as obras nas quais os políticos em estudo se contemplam revelam também a importância da participação em redes de relações socialmente úteis, o que permite questionar a suposta autonomia de uma esfera política inteiramente sujeita às suas próprias leis de funcionamento.

No entanto, o livro não se limita, como muitos antes dele, a sublinhar a submissão do domínio do político a critérios de hierarquização que lhe são heterônomos. Se os autores postulam que o critério dominante de recrutamento da elite política brasileira é o reconhecimento simultâneo como intelectual e como político, a análise comparativa e diacrônica que desenvolvem permite apreender transformações importantes nas definições legítimas do ofício de político. Atentos à profissionalização progressiva desse universo, eles sublinham que algumas dessas posições não são mais consideradas como recursos eficazes na luta política. É o caso dos escritos situados fora do domínio da especialização universitária e profissional, por exemplo, caídos em descrédito como apanágio dos políticos “à moda antiga”. A estes não se reconhece mais a competência e a autoridade “especializada” que se espera deles, não obstante seus diplomas de Direito e sua devoção à produção de poemas, contos e romances.

A partir daí, para essa elite “letrada e votada”, bem-sucedida em converter trunfos culturais (universitários, midiáticos, militantes) em posições no seio do Estado e do Parlamento, os diferentes gêneros de escrita escolhidos – generalistas, especializados, literários e (auto)biográficos – tornam-se elementos distintivos que permitem externalizar suas convicções a propósito da boa maneira de gerir o Estado, a sociedade, a economia e a cultura. Com efeito, o processo de especialização das atividades políticas e das atividades intelectuais que se manifesta a partir dos anos 1960 abriu caminho para uma progressiva diversificação da composição social da elite política brasileira, com novos repertórios que disputam a primazia. Tendo delimitado a população a 299 políticos, Grill e Reis se dedicam a circunscrever

com maior precisão esses repertórios, discutindo as correlações entre, de um lado, as modalidades de escrita e as temáticas privilegiadas e, de outro lado, a década de entrada na política, o diploma, a profissão e a posição política.

Duas trajetórias se mostram exemplares, as de Afonso Arinos e de Delfim Netto. Elas encarnam não apenas os trunfos e o renome multi-dimensionais (as multinotabilidades) daqueles que conseguiram conciliar produção escrita e atividade política, mas também (e sobretudo, talvez) os dois mecanismos de recrutamento do pessoal político mais discutidos ao longo do livro. O mecanismo mais tradicional, apoiado sobre a cultura “humanista” e sobre a herança cultural, é ilustrado, no primeiro caso, pelo diploma de Direito. O mais recente, fruto da especialização progressiva do jogo político e ancorado na diversificação do sistema universitário e no poder crescente dos saberes técnicos, exprime-se, no segundo caso, pelo diploma de Economia.

O livro não se limita, entretanto, a lançar luz sobre os atributos necessários à ocupação de posições dominantes na hierarquia social, mesmo sendo essa contribuição já preciosa em si mesma no âmbito das Ciências Sociais brasileiras, que se dedicam majoritariamente ao estudo de grupos desfavorecidos. Ao afastar os esquemas simplificadores, os autores não negligenciam as clivagens internas do mundo das elites políticas que estudam: a oposição entre herdeiros das “grandes famílias” e recém-chegados, a diferenciação dos perfis de recrutamento dominantes em regiões tão díspares quanto o Rio Grande do Sul e o Maranhão, os confrontos entre homens e mulheres. A esse respeito, a análise da presença marcadamente minoritária de parlamentares do sexo feminino – oito sobre os 299 casos repertoriados, ou seja, 2,7% da amostra – atesta que mesmo mulheres dotadas de recursos culturais e políticos suficientemente importantes para ter direito de cidade nesse espaço fortemente marcado pela dominação masculina não conseguem ocupar postos de comando no governo ou no partido político a que pertencem, sendo muito frequentemente relegadas a papéis secundários.

Recebido 20/05/2019
Aprovado 11/12/2019